

Joelmir Beting

17 MAR 1987

Clon Brasil

O GLOBO

O Plano Sayad

Na primeira fase, que vai até 31 de maio, são realinhados preços, tarifas, salários, e aluguéis. Na segunda fase, a do trimestre junho/agosto, esses valores realinhados devem permanecer congelados. E na terceira fase, a partir de 1º de setembro, com duração ilimitada, preços, tarifas, salários e aluguéis passam a ter reajustes mensais, automáticos e pré-anunciados, ditados por um indexador único, o IPC do IBGE, com a reposição simétrica da inflação média do trimestre anterior.

Os juros bancários estão fora da sincronia geral, as taxas serão calibradas pela atuação do Banco Central no "open". Os preços não controlados pelo CIP e pela Sunab também ficam fora do esquema. Eles poderão flutuar ao sabor das ondas e dos ventos do mercado.

Eis a coluna vertebral do Plano Sayad, em sua versão definitiva. A proposta, se aprovada pelo Governo, será convertida em projeto-de-lei, palavra final do Congresso Nacional.

A lição amarga

O Ministro João Sayad acredita no sucesso da iniciativa, que chama de programa de recuperação do Plano Cruzado — direção de uma economia finalmente imunizada contra expectativas desestabilizadoras. O projeto incorpora lições amargas do choque heterodoxo do Plano Cruzado, segundo a exposição de motivos do autor: "O Plano Cruzado não está morto, ainda pode ser salvo. O problema é que a sociedade brasileira não sabe qual é o programa do Governo, apenas desconfia que um novo choque está ali, na esquina. O Governo tem pressa, mas não pode correr o risco de uma reedição prematura do choque heterodoxo, sem aviso prévio. Primeiro, porque sem credibilidade de pública nenhum programa de estabilização consegue levantar vôo. Segundo, porque não temos um ponto de referência para um congelamento geral: preços, tarifas e salários ainda estão desalinhados em um mercado ainda não reorganizado. A pressa está em tentar realinhar e organizar tudo isso até 31 de maio, enquanto o Congresso discute e aprova o novo programa."

Aviso prévio?

Ao contrário do Plano Cruzado, detonado sem aviso prévio, o Plano Sayad coloca as cartas na mesa e estabelece limites, datas e prazos da reforma, afugentando as "especulações desestabilizadoras". Não será uma temeridade marcar data para o congelamento de preços e salários, dando prazo para uma remarcação tão incontável quanto devastadora?

O Ministro ajeita os óculos:

"Aviso prévio de congelamento geral é uma cretinice. Mas não é o nosso caso. Estamos avisando que somente os preços já controlados pelo Governo serão recongelados por um tempo determinado. Quem poderia remarcar, defensivamente ou abusivamente, os preços cipados ou as tarifas do setor público? Os salários e aluguéis estão movimentando-se dentro de certas regras legais que não podem ser violadas. E não há nenhum motivo para que os preços não incluídos no esquema sofram remarcações especulativas ou venham a provocar nova recarga de desabastecimento. Os agentes econômicos devem acreditar no plano que estará em votação no Congresso. O Governo não poderá alterar o que for decidido pelo Poder Legislativo."

Sincronia total

Os Deputados e Senadores, engolfados pela discussão da atividade-meio da Constituinte, poderão avaliar a viabilidade técnica do programa? O Ministro João Sayad confia nisso: "O programa encadeia regras simétricas, transparentes e duradouras. Ele começa por uma fase de preparação, incorpora uma trégua de estabilização e desembarca, já em setembro, numa política genuinamente brasileira para a estabilização do preço com crescimento do produto e com redistribuição de renda. Pela primeira vez, preços e salários estarão simetricamente reajustados no mesmo índice e na mesma data. Apenas o salário mínimo terá um esquema próprio de reajuste, acima da inflação, que ele merece. Essa indexação sincronizada é ideal para uma inflação baixa — que será obtida na trégua de junho, julho e agosto. Uma indexação descomplicada, sem intervenção burocrática. Os preços cipados serão negociados com o CIP uma vez por ano, se tanto. Os reajustes mensais automáticos garantem a remuneração real do agente econômico, sem provocar desabastecimento futuro."

O novo salário

Para o Ministro João Sayad, a satisfação está na nova disciplina salarial. A coisa fica como está, com gatilho e tudo, até 31 de maio. Nesse dia, todos os salários serão atualizados, via IPC, para o seu valor real de 1º de março do ano passado. Após a trégua de junho, julho e agosto, entra em vigor o reajuste mensal — começando pelo índice médio do IPC registrado na trégua.

As correções mensais valem como antecipação salarial, conservando-se a data-base de cada categoria. Na data-base, fica assegurado o direito de negociação de acréscimos reais ao salário.